



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

A expansão urbana e os conflitos com os territórios dos povos tradicionais do Brasil e do Peru: o papel do planejamento e desenvolvimento urbano e regional na preservação da memória da cidade

Urban expansion and conflicts with the territories of traditional peoples in Brazil and Peru: the role of urban and regional planning and development in preserving the city's memory

Alessandra da Silva Arduim

Mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Docente dos cursos de Design e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Salvador (UNIFACS), Brasil. E-mail: aleardum@hotmail.com

Márcia Maria Couto Mello

Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS), Brasil. E-mail: mellomarcia@uol.com.br

Sébastien Marcel Albert Adins

Doutor em Ciência Política e Governo pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Docente no Departamento Acadêmico de Ciências Sociais – Seção de Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), Peru. E-mail: sadins@pucp.pe

Shyrley Tatiana Peña Aymara

Doutora em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no Departamento Acadêmico de Ciências Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), Peru. E-mail: spenaa@pucp.edu.pe

1 INTRODUÇÃO

A relação entre território, poder e cultura no espaço urbano constitui um dos fundamentos centrais da antropologia urbana. O território, compreendido não apenas como espaço físico, mas também simbólico e social, é o local onde se afirmam identidades, pertencimentos e diferenças, ao mesmo tempo em que se estabelecem disputas, resistências e processos de subordinação. Na América Latina, o processo de urbanização caracterizou-se pela concentração cumulativa de investimentos modernizadores, levando à macrocefalia urbana e à centralização das atividades econômicas e políticas em poucas cidades (Santos, 2005; Filgueiras, 2014). Esse fenômeno impulsionou fluxos migratórios do campo e de municípios menores, gerando crescimento populacional desordenado e expansão territorial acelerada (Romero, 2004). Assim, a urbanização, pautada por modelos transnacionais de desenvolvimento, provocou rupturas nos territórios das comunidades tradicionais, comprometendo vínculos históricos e mapas de territorialização consolidados ao longo do tempo (Latouche, 1996).

As cidades de Lima e Salvador exemplificam trajetórias de crescimento urbano marcadas por processos desordenados, industrialização tardia e intensa migração, fatores que aprofundaram disputas territoriais e fragilizaram comunidades tradicionais. No Peru, as comunidades afroperuanas enfrentam ameaças permanentes às suas terras comunais, pressionadas pela especulação imobiliária, pela instalação de grandes empreendimentos e por políticas públicas que priorizam o



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

desenvolvimento econômico em detrimento da preservação cultural, comprometendo a transmissão de saberes ancestrais e o equilíbrio ecológico (Daniel, 2021). De modo semelhante, em Salvador, os terreiros de Candomblé, reconhecidos como territórios étnico-culturais, sofrem com a urbanização acelerada e a segregação socioespacial. Seus espaços sagrados são frequentemente fragmentados por desapropriações, invasões e intervenções de agentes públicos e privados, ameaçando a memória coletiva, a realização dos rituais e a continuidade das tradições religiosas (Sodré, 2002).

O estudo propõe analisar as experiências de Lima e Salvador para compreender como o espaço urbano se configura como campo de disputas, no qual comunidades historicamente marginalizadas reafirmam seu direito ao território e à memória. A emergência de movimentos de reelaboração étnica e cultural, que resgatam tradições e narrativas antes silenciadas pela historiografia oficial (Santos, 1999; Menéndez, 1992), evidencia a necessidade de repensar as políticas urbanas e fortalecer os instrumentos de salvaguarda. Dessa forma, a pesquisa busca valorizar as continuidades históricas e ressaltar a preservação dos territórios tradicionais como elemento central para a construção de cidades mais justas, plurais e inclusivas. Essa perspectiva é particularmente relevante para analisar contextos concretos de urbanização, como em Lima (Peru) e Salvador (Brasil), onde o crescimento urbano se deu de forma desigual, resultando em exclusões sistemáticas e na marginalização das territorialidades das comunidades tradicionais.

2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

O projeto busca compreender os desafios enfrentados pelas comunidades afroperuanas e pelos terreiros de Candomblé no Brasil na preservação de seus territórios diante da expansão urbana, das pressões econômicas e das disputas territoriais. Inserido na linha de Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano, o estudo é social e culturalmente relevante por valorizar saberes, práticas religiosas e memórias históricas que resistem à lógica excludente da urbanização, além de ser academicamente significativo por propor uma análise comparativa entre Brasil e Peru a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

O objetivo geral é analisar comparativamente como o crescimento urbano impacta os territórios das comunidades afroperuanas e dos terreiros no Brasil, avaliando o papel dos instrumentos de planejamento e ordenamento territorial na salvaguarda do patrimônio cultural e da memória coletiva. Especificamente, busca-se discutir os conceitos de território, comunidade tradicional e planejamento urbano; examinar os impactos da expansão urbana no Peru e em Salvador sobre esses territórios; avaliar os instrumentos jurídicos e políticas públicas existentes; e comparar as experiências de resistência e salvaguarda entre as duas realidades, destacando convergências e especificidades na defesa dos direitos coletivos e identidades culturais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Territórios

O território pode ser entendido como um espaço socialmente construído, no qual grupos humanos estabelecem relações de poder, organização econômica, identidade cultural e uso dos recursos naturais. Ele não se limita à dimensão física, mas incorpora dinâmicas sociopolíticas e econômicas que definem a forma como os espaços são ocupados e hierarquizados (Santos, 1996). Compreender o território é, portanto, fundamental para analisar os processos de desenvolvimento desigual e a distribuição das atividades econômicas entre regiões.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

O crescimento desigual entre os diferentes setores econômicos e regiões do Peru pode ser explicado, em grande parte, pela mudança do que se poderia denominar eixo de direção e organização do país. Embora essa não seja uma explicação exaustiva, constitui um fator determinante para compreender tal fenômeno. Até 1532, a organização sociopolítica peruana gravitava em torno dos Andes, tendo a Serra como centro e uma orientação predominantemente longitudinal. Foi nos vales andinos que ocorreram os principais avanços: na meseta do Collao e no vale do Urubamba consolidou-se a coesão que deu origem a uma alta cultura, irradiando-se da serra para todo o seu território. Os grandes desenvolvimentos alcançados na costa norte e central antes do século XIV foram, em grande medida, estimulados e favorecidos pelos avanços andinos. Essa mudança fez com que a orientação do país passasse de interna e longitudinal para transversal e externa, substituindo os Andes, antes centro de decisão territorial e de mercado, por novos polos de influência (Matos Mar, 1984).

No território brasileiro, especialmente no período colonial, observou-se um processo de organização espacial influenciado por fatores econômicos e geográficos que determinavam o crescimento desigual entre regiões. No Brasil, a ocupação inicial concentrou-se ao longo do litoral, onde se desenvolveram os primeiros centros urbanos e portos voltados para o comércio externo, enquanto o interior permaneceu relativamente marginalizado por longos períodos. Essa orientação costeira, voltada para o Atlântico e para o comércio transoceânico, deslocou o eixo de poder e desenvolvimento da região interior para a faixa litorânea, evidenciando como fatores territoriais e econômicos moldam historicamente a desigualdade regional (Fausto, 2013).

3.2 Comunidades Tradicionais

As comunidades tradicionais, entendidas como grupos sociais que mantêm formas de vida, conhecimentos e práticas culturais próprias transmitidas historicamente, desempenham papel central na preservação de identidades coletivas e na resistência frente a processos de marginalização e pressões externas. Essas comunidades constroem seus territórios não apenas como espaços físicos, mas como loci de memória, tradição e espiritualidade, nos quais a cultura se manifesta em rituais, práticas cotidianas e relações simbólicas com ancestrais e o meio ambiente (Santos, 1999). A proteção e valorização desses territórios revelam-se essenciais para garantir a continuidade de saberes tradicionais e a manutenção da diversidade cultural frente a transformações sociais, econômicas e políticas.

Em Salvador, os terreiros de Candomblé sofrem com a urbanização desordenada e a segregação socioespacial, que fragmentam seus espaços sagrados e ameaçam práticas religiosas e vínculos simbólicos (Sodré, 2002). De forma semelhante, as comunidades afroperuanas de Ica e Nazca enfrentam discriminação estrutural e pressões da especulação imobiliária, lutando para manter suas territorialidades como expressões de identidade e resistência cultural (Matos Mar, 1964; Daniel, 2021). Suas práticas territoriais são marcadas pela heterogeneidade e flexibilidade, baseadas em múltiplos princípios de pertencimento, não necessariamente vinculados a territórios contínuos ou rigidamente demarcados (Rappaport, 1985; Bouysse-Cassagne, 1987).

Em ambos os contextos, emerge a necessidade de mobilizações e processos de reelaboração cultural para resgatar tradições e narrativas historicamente silenciadas, reafirmando continuidades culturais muitas vezes consideradas extintas pela historiografia oficial (Parker, 1985; Menéndez, 1981, 1992; Bates, 1979).



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

3.3 Planejamento Urbano e Regional

O planejamento urbano e regional é um instrumento estratégico para mediar conflitos que envolvem comunidades tradicionais em cidades como Salvador e Lima, buscando promover inclusão e justiça social. Em Salvador, o crescimento urbano desordenado e a segregação socioespacial afetam os terreiros de Candomblé, fragmentando espaços sagrados e ameaçando práticas religiosas. No Brasil, instrumentos como o Plano Diretor, os zonamentos urbanísticos e as leis de proteção ao patrimônio regulam o ordenamento territorial, mas sua aplicação muitas vezes desconsidera as especificidades socioculturais dessas comunidades, evidenciando a importância da participação social e de políticas que reconheçam a diversidade de usos e significados do espaço (Lefebvre, 2001; Soja, 2010).

Em Lima, o Estado tem desempenhado papel central na territorialização de áreas ocupadas por comunidades afro-peruanas, utilizando instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Urbano e o Sistema Nacional de Planejamento Territorial. Essas políticas centralizadas buscam padronizar e controlar os territórios, frequentemente em prejuízo das práticas culturais e saberes tradicionais. As comunidades afro-peruanas, especialmente em Ica e Nazca, enfrentam dificuldades para preservar suas terras diante da especulação imobiliária e de políticas voltadas ao crescimento econômico (Ferguson, 2005; Matos Mar, 1964; Daniel, 2021).

Em ambos os contextos, há tensão entre a flexibilidade das práticas territoriais das comunidades tradicionais e o caráter regulador do planejamento urbano. As lutas pela manutenção de territórios revelam a territorialidade como dinâmica e socialmente construída, atuando na resistência cultural e na afirmação identitária. Um planejamento que una instrumentos legais, participação social e reconhecimento cultural pode favorecer cidades mais inclusivas e justas, promovendo o direito à cidade e a justiça espacial (Gallois, 1998; Oliveira, 1998).

4 METODOLOGIA

O projeto é composto por quatro ensaios alinhados aos objetivos da pesquisa, conduzida por uma abordagem qualitativa e comparativa. A metodologia inclui revisão de literatura sobre território, patrimônio cultural, comunidades tradicionais e planejamento urbano, análise de instrumentos legais e documentos oficiais no Peru e no Brasil, além de visitas de campo em comunidades afroperuanas em Lima. Serão observadas dimensões culturais e simbólicas, políticas públicas, decisões judiciais e narrativas comunitárias para compreender estratégias de resistência e preservação da memória e identidade coletiva. Por fim, os achados serão sintetizados de forma interpretativa, construindo um quadro comparativo entre os casos e contribuindo para o debate sobre planejamento urbano e direito à cidade.

5 DISCUSSÃO

Os resultados esperados desta pesquisa visam aprofundar a compreensão da relação entre crescimento urbano, territórios e comunidades tradicionais. Espera-se analisar como a expansão urbana desigual em Lima e Salvador reconfigura os territórios, evidenciando o espaço urbano como locus de poder, identidade e memória, e como políticas públicas, especulação imobiliária e processos de urbanização contribuem para a exclusão e marginalização desses grupos.

Pretende-se também discutir as estratégias de resistência das comunidades afroperuanas e dos terreiros de Candomblé, destacando o papel da espiritualidade, dos rituais e das narrativas



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

comunitárias na preservação das práticas culturais e da memória coletiva, evidenciando a flexibilidade e resiliência das territorialidades tradicionais.

Ademais, serão examinadas as tensões entre a rigidez dos instrumentos de planejamento urbano e a dinâmica das práticas comunitárias, avaliando em que medida leis, planos diretores e políticas públicas protegem esses territórios, e identificando lacunas e oportunidades para integrar participação social e diversidade cultural. Por fim, a análise comparativa entre os contextos brasileiro e peruano deverá revelar convergências e especificidades nas experiências de resistência, salvaguarda do patrimônio e defesa dos direitos coletivos, subsidiando recomendações para políticas urbanas mais inclusivas, capazes de promover o direito à cidade e a preservação da diversidade cultural em contextos de urbanização acelerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto busca compreender a relação entre crescimento urbano, territórios e comunidades tradicionais em Lima (Peru) e Salvador (Brasil), analisando os impactos da expansão urbana sobre as territorialidades das comunidades afroperuanas e dos terreiros de Candomblé. A pesquisa pretende evidenciar como políticas públicas, especulação imobiliária e processos de urbanização reconfiguram territórios, fragmentam espaços tradicionais e ameaçam práticas culturais, memórias coletivas e identidades comunitárias. Sua relevância social está no potencial de subsidiar políticas e estratégias de planejamento urbano e regional mais inclusivas, voltadas à redução das desigualdades socioespaciais, à preservação do patrimônio cultural e ao fortalecimento do direito à cidade. O ineditismo da proposta reside na comparação entre os contextos brasileiro e peruano, integrando a análise de instrumentos legais, políticas públicas e formas de resistência comunitária em dois países com realidades urbanas e culturais distintas.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para preencher lacunas sobre conflitos territoriais entre crescimento urbano e comunidades tradicionais, articulando categorias teóricas como território, justiça espacial e direito à cidade. A metodologia qualitativa, que combina análise documental, estudo de casos, observação de campo e entrevistas semiestruturadas, permite construir um referencial replicável para pesquisas futuras e oferece subsídios teóricos e práticos para o planejamento urbano e regional. Além disso, ao analisar as estratégias de resistência e salvaguarda das comunidades, o projeto oferece contribuições para a formulação de políticas públicas sensíveis à diversidade cultural, promove a valorização do patrimônio imaterial e fortalece o diálogo entre comunidades tradicionais, planejadores urbanos e gestores, contribuindo para a construção de cidades mais justas, plurais e sustentáveis.

6 REFERÊNCIAS

BATES, Diana. **A história do Peru**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BOUYSSSE-CASSAGNE, Thérèse. **Territórios indígenas na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

DANIEL, José. **Afrodescendência e identidade cultural no Peru**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2021.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERGUSON, James. **Antropologia e desenvolvimento: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FILGUEIRAS, Fábio. **A cidade e a política: ensaios de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GALLOIS, Jean. **Etnografia e política**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

LATOUCHE, Robert. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

MATOS MAR, José. **A organização territorial do Peru**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1984.

MENÉNDEZ, Eduardo. **A história do Peru**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Ricardo. **Antropologia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PARKER, Robert. **A história do Peru**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

RAPPAPORT, Roy. **Ritual e sociedade na Oceania**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

ROMERO, Raúl. **A cidade e a modernidade na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://jlromero.com.ar/textos/america-latina-as-cidades-e-as-ideais-2004/>. Acesso em: 3 out. 2025.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

SODRÉ, Nelson. **O negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

SOJA, Edward. **Postmetropolis: a cidade e a região na era global**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.